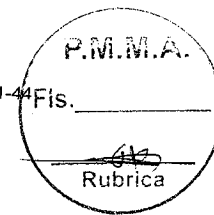


MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE

Av. Juvenal Lamartine, 33, Centro, Monte Alegre/RN CEP: 59182000 CNPJ: 08.365.900/0001-44 Fis. _____

Sistema Orçamentário, Financeiro e Contábil



PARECER JURÍDICO

INEXIGIBILIDADE 67/2023

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. Inscrição da Dirigente Municipal de Educação no 19º Fórum Ordinário da UNDIME (UNIÃO DE DIRIGENTES MUNICIPAIS), no Seminário Planejamento na Educação: ações práticas para Gestão Pública Municipal, nos dias 20 a 22 de março do corrente ano, no Praiamar Natal Hotel & Convention, localizado na Rua Francisco Gurgel, 33 – Ponta Negra, Natal/RN. SATISFAÇÃO DOS REQUISITOS CONSTANTES DO ART. 25, INCISO II COMBINADO COM ART. 13, INCISO VI DA LEI N.º 8.666/93. POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO ATRAVÉS DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

Trata o presente processo de contratação direta para Inscrição da Dirigente Municipal de Educação no 19º Fórum Ordinário da **UNDIME (UNIÃO DE DIRIGENTES MUNICIPAIS)**, no Seminário Planejamento na Educação: ações práticas para Gestão Pública Municipal, nos dias 20 a 22 de março do corrente ano, no Praiamar Natal Hotel & Convention, localizado na Rua Francisco Gurgel, 33 – Ponta Negra, Natal/RN., mediante inexigibilidade de licitação.

Conforme ressaltado no Parecer da Comissão Permanente de Licitação, é de exclusividade da a execução do objeto solicitado, impossibilitando qualquer competição em eventual procedimento licitatório.

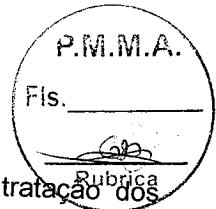
A Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê que na hipótese de inviabilidade de competição, será inexigível a licitação, conforme disposto no art. 25, Inciso II combinado com Art. 13, Inciso VI.

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição (...). (grifo nosso)

Inciso II - Para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos especializados os trabalhos relativos a:

Inciso VI - Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;



No caso sob análise, verifica-se a premente necessidade de contratação dos serviços ora solicitado, sob pena de restarem prejudicados o bom e regular desempenho da Administração Municipal, com a conseqüente descontinuidade de alguns dos serviços públicos essenciais à coletividade.

Dessa forma, diante das prescrições art. 25, Inciso II combinado com Art. 13, Inciso VI. da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, opino pela contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da empresa **UNDIME (UNIÃO DE DIRIGENTES MUNICIPAIS)**, CNPJ n.º 00.596.662/0001-76, especializada no fornecimento de produção e promoção de eventos.

É o parecer.

Monte Alegre/RN, 10 de março de 2023.

Andrea Furini Pessoa Camara
OAB 3673 RN
Assessora Jurídica